Futuro
Grupo Montepio

RELATO FINANCEIRO

2017

Fundo de Pensões
CORPORATE CRESCIMENTO

Relatório de Gestão 3

. Sumário Executivo 4

. Síntese da Evolução dos Mercados..... 5

. Política de Investimento..... 13

. Evolução e Composição da Carteira..... 15

. Riscos Materiais..... 16

Demonstrações Financeiras..... 17

. Posição Financeira..... 18

. Demonstração de Resultados..... 19

. Demonstração de Fluxos de Caixa 20

. Notas às Demonstrações Financeiras..... 21

. Gestão do Risco..... 25

Certificação Legal de Contas..... 29

. Certificação do Revisor Oficial de Contas..... 30

Relatório de Gestão

. SUMÁRIO EXECUTIVO

. ENQUADRAMENTO

2017 foi um ano de ganhos e baixa volatilidade nos mercados, com uma evolução muito favorável nos **mercados de ações**, ao mesmo tempo que o bom desempenho da economia global e o baixo nível das taxas de juro foram benéficos para os mercados de dívida. Assim, os índices *PSI20*, *Eurostoxx50* e *S&P500* terminaram o ano com subidas de 15,15%, 6,49% e 19,42%, respetivamente.

Nos **mercados obrigacionistas**, registou-se uma evolução descendente nos ***spreads* da dívida periférica a 10 anos**, desde o início de 2017, com a Grécia a liderar as descidas (-321 pb). Portugal registou uma descida considerável (-204 pb). As ***yields* da dívida de referência** subiram na Alemanha, quer no curto (2 anos), quer no longo prazo (10 anos), mas nos EUA registaram uma subida nos 2 anos e uma descida nos 10 anos.

. O FUNDO DE PENSÕES CORPORATE CRESCIMENTO

O **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** foi autorizado em 4 de agosto de 2016 e constituído em 22 de dezembro de 2017. A carteira de ativos do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** terminou o mês de dezembro com o valor de **80.159,70€**.

Considerando a recente data de constituição do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** relativamente ao fecho do ano, não se apresenta qualquer valor correspondente a rendibilidade. Da mesma forma, sendo o Risco, entendido como a volatilidade calculada através do desvio-padrão das rendibilidades semanais das últimas 52 semanas, não existia histórico suficiente para ser determinado o seu valor com referência à data de 31 de dezembro de 2017.

. SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O **ano de 2017** foi marcado por um comportamento muito positivo dos mercados, essencialmente suportado pelos indicadores favoráveis quer para os EUA, ao nível do PIB e do emprego, quer para a Zona Euro e Japão, e também pelos dados acima do esperado relativos à China, onde se estima que o PIB tenha registado um crescimento de 6,8% em 2017, em aceleração face aos 6,7% de 2016. As boas perspetivas da *Fed* para os EUA levaram a autoridade monetária a sinalizar a intenção de realizar três subidas de taxas em 2018. Os preços do petróleo subiram em 2017, num contexto de mais uma extensão do acordo de redução da produção até ao final de 2018, com impacto positivo nas empresas do setor e nas economias exportadoras de petróleo.

Esta evolução traduziu-se em subidas anuais nos principais índices de **ações**, bem como num desagravamento nos ***spreads*** a 10 anos da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro, bem como nos *spreads* da dívida *corporate*, em resultado do aliviar da situação do sector bancário europeu.

Não deixaram, contudo, de se registar acontecimentos adversos, tais como atentados terroristas um pouco por todo o mundo, fenómenos climatéricos – furacões no Atlântico e Caraíbas e mau tempo na Europa e EUA, por diversas ocasiões ao longo do ano; a instabilidade política no Brasil e nos EUA, neste último caso devido aos receios das políticas propostas pelo Presidente *Trump* e ao elevado risco geopolítico resultante das tensões dos EUA com a Rússia e a Coreia do Norte; assinala-se ainda o aumento da tensão no Médio Oriente, depois de, no início de dezembro, os EUA reconhecerem Jerusalém como capital de Israel, tendo a intenção de mudar a sua embaixada de Telavive para aquela cidade. A partir de setembro, a situação política da Catalunha condicionou também os mercados, quer antes da realização do referendo sobre a independência – realizado a 1 de outubro – quer após essa data, atendendo à sequência de acontecimentos e à ausência de uma resolução, com os partidos independentistas a reclamarem a independência de Espanha; a situação gerou receios e incertezas junto dos investidores, levando diversos bancos espanhóis a mudarem a sua sede na capital Catalã para cidades fora da região.

Em termos de **política monetária**, o **BCE** manteve a sua política altamente expansionista, não alterando a política monetária convencional (manteve ao longo do ano de 2017 as suas taxas de referência); contudo anunciou, em 26-out, o 2º prolongamento do programa *quantitative easing* (*QE*) até, pelo menos, setembro de 2018, mas com uma redução de 60mM€ para 30 mM€/mês, a partir de janeiro. Nos EUA, na reunião de 13-dez, a ***Fed*** decidiu subir as taxas de juro de referência, em linha com o esperado, depois de as ter subido também em 0,25 pp nas reuniões de 15-mar e de 14-jun. Ou seja, a *Fed* aumentou as taxas num total de 75 pb em 2017, tendo a *fed funds target rate* encerrado o ano de 2017 no intervalo de 1,25% a 1,50%.

No Reino Unido, o **Banco de Inglaterra (BOE)** decidiu, em novembro, diminuir ligeiramente o carácter expansionista da sua política monetária, ao subir a taxa de juro de referência em 25 pb.

Por sua vez, o **Banco do Japão (BoJ)**, apesar de não ter anunciado novos estímulos, nas duas últimas reuniões do ano reiterou que iria manter o programa de flexibilização monetária quantitativa e qualitativa (*Quantitative e Qualitative Easing - QQE*) com o controle da *yield curve*, com o objetivo de atingir a meta de estabilidade de preços de 2%.

Relativamente à **evolução económica**, nos **EUA**, o crescimento anualizado do PIB do 3ºT2017 foi revisto ligeiramente em baixa, de 3,3% para 3,2%. Para o 4º trimestre, os indicadores são compatíveis com mais um crescimento robusto do PIB, embora em ligeiro abrandamento (entre 2,6% e 3,0%), mas regressando às acelerações em 2017, estimando-se uma subida anual de 2,3%. Os pedidos de subsídio de desemprego encontravam-se em níveis consistentes com uma aceleração do emprego no 4ºT2017.

Na **Zona Euro**, a economia deverá dar continuidade à recuperação em curso, prevendo-se um contributo positivo das exportações líquidas para o crescimento do PIB no 4ºT2017, que deverá registar uma evolução entre 0,5% e 0,7% (0,6% no 3º trimestre) e um crescimento de 2,4% para 2017. A inflação registou uma subida em novembro, de 1,4% para 1,5%, aproximando-se um pouco mais do *target* de 2% do BCE, tendo, no entanto, regressado previsivelmente aos 1,4% em dezembro, de acordo com o *Eurostat*.

Portugal viu o *rating* da sua dívida soberana ser revisto em alta por duas das principais agências de *rating* internacionais (*Standard & Poors* e *Fitch*), tendo regressado ao nível de *Investimento*, com perspetiva de "estável". Os dados de atividade favoráveis permitem sustentar uma previsão de crescimento trimestral do PIB entre 0,3% e 0,5% no 4ºT2017, em ligeira desaceleração (0,5% no 3ºT2017). Em termos anuais, a economia portuguesa deverá ter registado uma forte aceleração de 2,6%,em 2017 (1,5% em 2016), antecipando-se um novo acréscimo robusto em 2018, de 2,2%. A taxa de desemprego desceu novamente no 3º trimestre (8,5%), renovando mínimos do 4ºT2008, tendo sido revista em baixa a estimativa para 2017, de 9,1% para 8,9% (11,1% em 2016).

Na Ásia, a **economia japonesa**, depois de uma subida de 0,6% no 3ºT2017 (atingindo um novo máximo histórico) deverá crescer entre 0,2% e 0,6% no último trimestre do ano. Na **Índia**, a economia também terá acelerado entre 6,9% e 7,1% no 4ºT2017. Na **China**, o PIB do 4º trimestre terá abrandado ligeiramente (6,7%), depois da atividade do 1ºS2017 ter superado as expectativas. Em termos anuais, o PIB terá acelerado em todas estas economias, prevendo-se crescimentos, em 2017, de 1,8%, 6,3% e 6,8%, respetivamente.

Por fim, na América Latina, a **economia brasileira**, que saiu da recessão no início de 2017, registou acréscimos em todos os trimestres, sendo que no 3ºT2017 subiu apenas 0,1%, abaixo das expectativas. Para o 4º trimestre deverá ter acelerado de novo, prevendo-se um crescimento de 0,6%. No entanto, a instabilidade política do país permanece como principal risco.

. MERCADOS ACIONISTAS

Durante o ano de 2017, registaram-se movimentos ascendentes nos principais índices mundiais, com alguns deles a baterem máximos históricos – embora nem todos tenham encerrado nesses níveis – destacando-se as valorizações dos índices norte-americanos e asiáticos e do brasileiro Ibovespa.

No último trimestre do ano, os **índices norte-americanos** deram continuidade ao comportamento muito positivo dos três trimestres anteriores, com subidas no conjunto do ano de 28,2% no *Nasdaq* e de 19,4% no *S&P500*, fechando 2017 em níveis muito próximos dos respetivos máximos históricos de fecho de sessão.

Na **Europa**, registaram-se também comportamentos globalmente positivos, com o *Eurostoxx50* a avançar 6,5%, fechando em 3.504,0 pontos, após ter registado máximos históricos em 01-nov e sendo suportado pelas subidas nos principais índices da Zona (*DAX*: +12,5%, perto de níveis máximos históricos observados em 03-nov; *CAC40*: +9,3%; *PSI20*: +15,2%), mas também por subidas na maioria dos restantes índices nacionais, incluindo do espanhol *IBEX* (+7,4%), apesar da crise levantada pelo diferendo da independência da Catalunha.

Na **Ásia**, o índice nipónico *Nikkei225* subiu 19,1%, terminando o ano em níveis próximos de máximos desde dez-1991 observados em 25-dez (22.939,2 pontos), observando-se também avanços expressivos no indiano IFC Índia (+43,4%) e no chinês *MSCI China* (+51,2%). Na **América Latina**, o comportamento das principais bolsas foi também positivo, com o índice brasileiro *MSCI Brazil 10/40* a registar uma subida de 5,3%.

MERCADOS ACIONISTAS

		2014	2015	2016	2017					
					Dez	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	YTD
Europa										
PSI20	EUR	-26,83%	10,71%	-11,93%	0,47%	7,02%	2,90%	4,98%	-0,39%	15,15%
Euro Stoxx50	EUR	1,20%	3,85%	0,70%	-1,85%	6,39%	-1,69%	4,44%	-2,53%	6,49%
DAX	EUR	2,65%	9,56%	6,87%	-0,82%	7,25%	0,10%	4,09%	0,69%	12,51%
Estados Unidos										
S&P500	USD	11,39%	-0,73%	9,54%	0,98%	5,53%	2,57%	3,96%	6,12%	19,42%
NASDAQ	USD	13,40%	5,73%	7,50%	0,43%	9,82%	3,87%	5,79%	6,27%	28,24%
Mercados Globais e Emergentes										
MSCI World Tr	(*)	10,40%	2,65%	9,65%	1,13%	5,58%	2,86%	4,06%	5,42%	19,13%
MSCI Em Mkts Tr	(*)	5,57%	-5,40%	10,11%	2,61%	7,80%	6,68%	7,72%	5,74%	31,00%
Ásia										
NIKKEI225	YEN	7,12%	9,07%	0,42%	0,18%	-1,07%	5,95%	1,61%	11,83%	19,10%
MSCI ex Japan	USD	0,54%	-11,74%	3,51%	2,25%	12,76%	8,05%	6,09%	7,56%	39,03%
MSCI China	USD	4,67%	-10,05%	-1,43%	1,98%	12,92%	9,52%	13,55%	7,67%	51,21%
IFCI India	USD	30,30%	-4,15%	-0,07%	4,79%	18,88%	3,79%	3,22%	12,59%	43,39%
América Latina | Brasil										
MSCI Brazil 10/40	EUR	-3,68%	-35,54%	65,46%	2,95%	7,63%	-12,93%	17,42%	-4,29%	5,32%

(*) Moeda local

. MERCADOS OBRIGACIONISTAS

DÍVIDA E TAXAS DE REFERÊNCIA

Em 2017, as *yields* da **dívida pública de referência** registaram, na Alemanha, uma subida nos prazos de dois e 10 anos, enquanto, nos EUA, se assistiu a uma subida no curto prazo (dois anos) e a uma descida no longo prazo (10 anos).

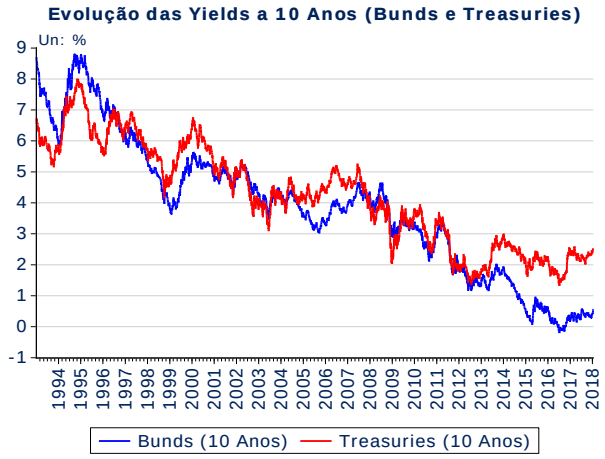
Com efeito, as *yields* na Alemanha subiram 14 pb nos dois anos e 22 pb nos 10 anos, fechando o ano em -0,627% e 0,427%, respetivamente. As *treasuries* nos EUA apresentaram uma subida de 69 pb nos dois anos e uma descida de 4 pb nos 10 anos, fechando o ano em 1,883% e 2,405%, respetivamente.

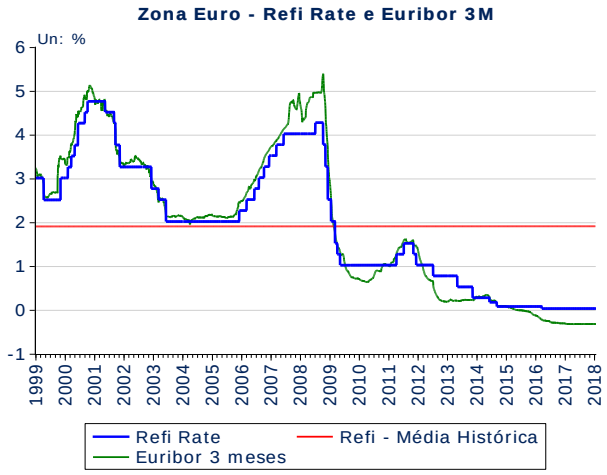
A subida das taxas de juro na **Alemanha** ocorreu em ambiente pré e pós eleitoral: as eleições realizadas em 24-set acabaram, como esperado, por ditar o renovar do 4º mandato a *Angela Merkel*, embora sem maioria, obrigando a difíceis negociações com o *SPD* para a formação de um Governo estável. Por outro lado, a evolução decorreu também num contexto de continuidade da política extremamente expansionista do **BCE** que, na reunião de 26-out, anunciou o prolongamento da vigência do programa de *quantitative*

easing (*QE*) até, pelo menos, setembro de 2018, com o ritmo médio de compras mensais de ativos a manter-se nos 60 mM€ até ao final de 2017, mas a ser reduzido, para 30 mM€/mês, entre janeiro e setembro de 2018. O Presidente *Mario Draghi* referiu que estas decisões foram tomadas para preservar as condições de financiamento muito favoráveis, que se mantêm necessárias para garantir um retorno sustentado da inflação até níveis inferiores, mas próximos, de 2%.

Com efeito, a Reserva Federal norte-americana decidiu, como esperado, subir as taxas de juro de referência por três vezes em 2017 (a 15-mar, a 14-jun e por fim, a 13-dez), encontrando-se atualmente no intervalo de 1,25% a 1,50% e prevendo-se mais três subidas em 2018. As *yields* das *treasuries* a 10 anos encerraram o ano em 2,405%, abaixo dos 2,444% de 31-dez-2016, mas acima do observado no final do 3ºT2017, diminuindo ligeiramente a distância (pese embora mantendo-se bem acima) face aos mínimos históricos de 1,358% registados em jul-2016.

Além disso, refira-se que as *yields* da **dívida de referência** continuaram, ao longo do ano de 2017, a ser pressionadas, em baixa, pelos receios quanto à situação da Grécia, pela manutenção, em alta, do risco geopolítico mundial – o que favorece o investimento em ativos sem risco – pelos receios associados ao *Brexit* e ainda pela incerteza quanto à política económica e geoestratégica da atual Administração norte-americana, em ambiente de crescente tensão no Médio Oriente e entre os EUA e a Coreia do Norte.





No **Mercado Monetário Interbancário** (MMI), as taxas ***Euribor*** renovaram mínimos históricos e apresentaram valores negativos ao longo do ano nos 3, 6 e 12 meses, com as duas primeiras a sofrerem descidas marginais no ano (de -1 pb e -5 pb, respetivamente) e a última a reduzir -10 pb, continuando a refletir a política monetária altamente expansionista seguida pelo BCE.

As ***Libor*** subiram em todos os prazos, refletindo os aumentos do *target* para as *Fed funds rates* realizados ao longo de 2017 (a 15-mar, a 14-jun e a 13-dez) e a realizar em 2018. De acordo com as últimas previsões, continua-se a apontar para três subidas de taxas neste ano.

O **prémio de risco no MMI Europeu**, medido pelo *OIS spread* (calculado pelo diferencial entre as taxas *Euribor* e os *Swaps* sobre as taxas *EONIA* do mesmo prazo) desceu ligeiramente na generalidade dos prazos durante o ano, sendo apenas de realçar a descida nos 12 meses (-11,3 pb).

DÍVIDA E TAXAS DE REFERÊNCIA

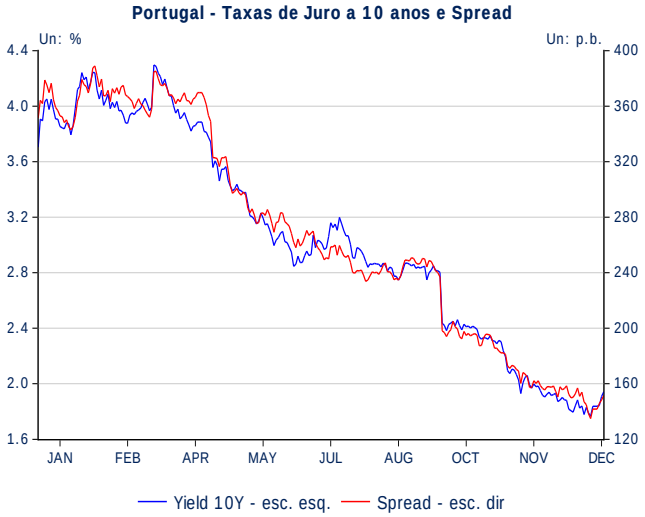
31-dez-17	Valor (%)	Variação (pb)		
		nov-17	set-17	dez-16
Mercado Monetário				
Refi Rate	0,000	0,0	0,0	0,0
Euribor 3M	-0,329	0	0,0	-1,0
Euribor 6M	-0,271	0,10	0,20	-5,1
Euribor 12M	-0,186	0,20	-1,4	-10,6
Fed Funds	1,50	25,00	25,00	50,00
Dívida Pública				
Bunds 2Y	-0,627	5,7	6,5	13,9
Bunds 10Y	0,427	6,0	-3,7	21,9
Treasuries 2Y	1,883	10,1	40,0	69,5
Treasuries 10Y	2,405	-0,4	7,2	-3,9

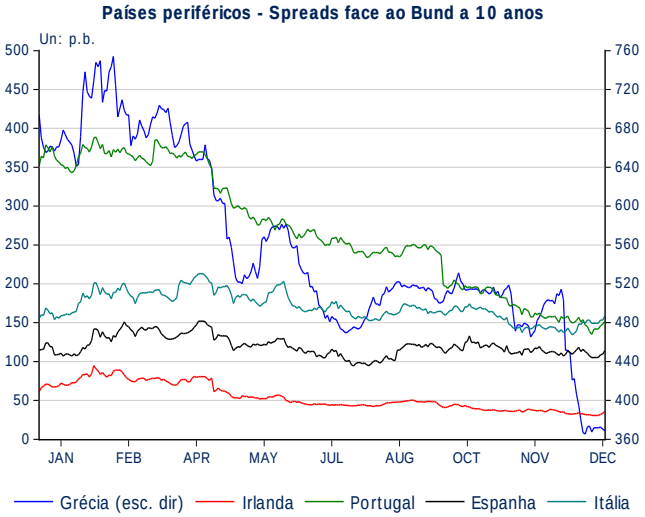
DÍVIDA PÚBLICA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Em 2017, os ***spreads* da dívida pública** de todos os **países periféricos** face ao *bund* tiveram comportamentos favoráveis, quer no longo prazo (10 anos), quer no curto prazo (dois anos).

Com efeito, nos dois anos, observaram-se descidas dos *spreads* da Irlanda (-7 pb), de Itália (-21 pb), de Espanha (-21 pb), de Portugal (-28 pb) e, de uma forma muito mais acentuada, da Grécia (-448 pb), um perfil que se manteve no longo prazo (10 anos), com movimentos também expressivos em Portugal (-204 pb) e na Grécia (-321 pb), e com os *spreads* a descerem igualmente em Espanha (-4 pb), em Itália (-2 pb) e na Irlanda (-23 pb). Esta evolução favorável dos *spreads* da dívida periférica ocorreu num quadro de manutenção de uma postura expansionista do BCE e de eficácia comprovada do seu programa de QE, que melhorou consideravelmente as condições nos mercados financeiros e o custo do financiamento externo para a economia privada; no que a Portugal e à Grécia diz respeito, o estreitamento de *spreads* resultou sobretudo da evolução positiva que ambas as economias registaram ao longo do ano.

Em **Portugal**, embora no 1ºT2017 o *spread* da dívida a 10 anos tenha ainda alargado para máximos desde dez-2013, o fluxo de notícias favoráveis sobre Portugal acabou por contribuir para uma inflexão e uma evolução favorável do *spread* a 10 anos ao longo do ano, suportada entretanto por novos desenvolvimentos positivos, tais como a saída do País do *Procedimento por Défices Excessivos* (PDE), a redução do desemprego, o crescimento económico e as perspetivas positivas ao nível de cumprimento das metas orçamentais. Finalmente, a 15-set, registou-se a subida do *rating* do País para o primeiro nível de investimento (BBB-), com perspetiva favorável, por parte da agência *Standard & Poor's*, a que se seguiu, a 15-dez, a subida, em dois níveis, por parte da *Fitch*, mantendo a perspetiva positiva, situação que passou a permitir que Portugal volte a figurar em índices de dívida.





SPREADS VS BUNDS

31-dez-17	Valor (pb)	Variação (pb)		
		nov-17	set-17	dez-16
10 anos				
Grécia	369	-139,3	-151,0	-321,1
Irlanda	36	0,0	-6,4	-22,8
Portugal	152	1,1	-40,8	-204,0
Espanha	114	6,1	0,0	-3,6
Itália	159	20,8	-5,8	-1,8
Indices de CDS 5Y				
Itraxx	45,1	-3,2	-10,4	-27,0
Itraxx Financials	43,9	-3,1	-15,7	-49,6
Itraxx Cross Over	233,6	2,5	-16,0	-54,6

DÍVIDA PRIVADA

Em 2017, os ***spreads* do mercado de crédito *corporate*** revelaram comportamentos favoráveis, observando-se descidas em todos os índices de **CDS** (*Credit Default Swaps*), traduzindo algum alívio relativamente à saúde do setor bancário europeu, que tinha vindo a condicionar uma maior subida das ações europeias, em particular dos bancos com maior volume de crédito mal parado (Portugal e, sobretudo, Itália), num contexto de avanços relevantes das negociações do *Brexit*, que colocam em cima da mesa os cenários de mudança das sedes de diversos bancos, atualmente no Reino Unido, para diferentes praças financeiras europeias.

O índice ***Itraxx*** (5 anos), índice de referência para a Zona Euro de CDS na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito –, desceu 27 pb no ano de 2017, para 45,1 pb (um mínimo desde nov-2007). Por seu lado, o ***Itraxx Financials*** (o mais exposto à crise da dívida soberana) observou uma descida de 50 pb, fechando

o ano em 43,9 pb, sensivelmente um mínimo desde dez-2007 (observado no dia 28-dez) e abaixo do índice *Itraxx* (5 anos).

Já o ***Itraxx Cross-Over*** (relativo aos ativos de *speculative grade*, especialmente sensível ao sentimento de mercado e ao ciclo económico) registou uma descida anual de 55 pb, para 233,6 pb (em novembro registou mínimos desde ago-2014).

Na Zona Euro, em resultado da saída da região de recessão no 2ºS2013, os *spreads* das obrigações industriais com *rating* AA estão, em diversos prazos, sobrestimados face aos valores apresentados pelo modelo macroeconómico do *DE Montepio*, algo que também sucede com alguns prazos nas obrigações de *rating* A e de *rating* BBB.

. MERCADOS CAMBIAIS

No **Mercado Cambial**, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro subiu 5,4% em 2017, fechando próxima do valor de 27-nov, um máximo desde 29-ago e que, por sua vez, tinha constituído um máximo desde set-2014.

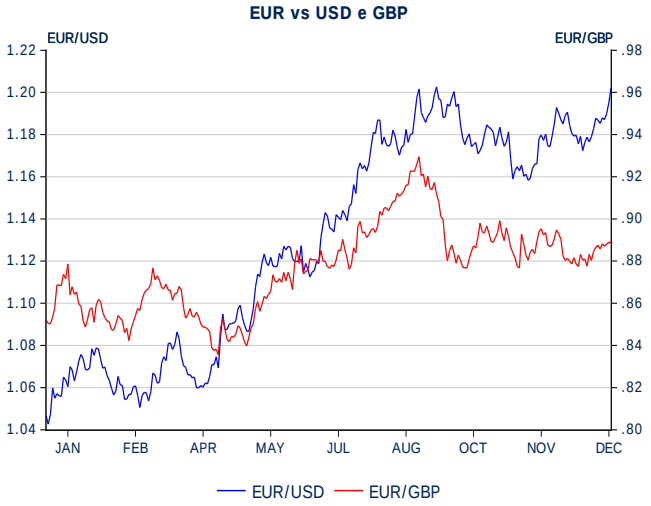
No ano, a moeda única apreciou-se face ao dólar (+14,0%), ao iene (+10,0%) e à libra (+4,0%). O *Dollar Index* recuou 9,9%, em 2017.

Relativamente ao par mais importante (EUR/USD), as previsões de consenso da *Bloomberg* apontam para que a moeda única feche o ano de **2018** em **1,22 USD/EUR**, acima dos 1,20 USD/EUR com que fechou 2017, e o ano de **2019** em **1,25 USD/EUR**, antevendo, assim, para estes dois anos, novas apreciações.

Ainda de destacar o par USD/GBP que desceu 8,8%, influenciado, por um lado, pelo grau de incerteza das políticas seguidas por *Donald Trump*, apesar da evolução favorável ao nível do diferencial de taxas de juro entre os dois lados do Atlântico e, por outro lado, a continuarem evidentes os efeitos do *Brexit*.

MERCADO CAMBIAL

31-dez-17	Valor	Variação (%)		
		nov-17	set-17	dez-16
Mercado Cambial				
EUR/USD	1,20	1,1%	1,9%	14,0%
EUR/GBP	0,89	1,0%	0,9%	4,0%
EUR/YEN	135,36	1,2%	1,8%	10,0%
Dollar Index	*92,12*	*-1,0%*	*-1,0%*	*-9,9%*



. COMMODITIES

As ***Commodities*** registaram, em 2017, um comportamento positivo entre as principais categorias, com fortes acréscimos dos metais de base (+31,0%), dos metais preciosos (+12,9%) e da energia (+12,3%).

Assim, os **metais preciosos** avançaram 12,9%, dando continuidade ao aumento de 9,4% registado em 2016. O **ouro** registou uma apreciação de 13,7%, com os riscos geopolíticos e algum nível de incerteza a suportarem a procura de ouro, visto tradicionalmente como um ativo de refúgio. A **prata**, *grosso modo*, pelas mesmas razões, apresentou igualmente uma subida, embora ligeiramente menos pronunciada (+7,2%).

As **energéticas** terminaram o ano com uma valorização de 12,3% e em níveis máximos desde jun-2015, depois de terem feito, no dia 21-jun, níveis mínimos desde set-2016. A evolução anual positiva reflete as fortes subidas de 12,5% em Nova Iorque (***WTI crude***) e de 17,7% em Londres (***brent***), com o **preço do petróleo** a encerrar o ano muito perto dos 67$/Barril (*ICE Brent Crude*).

Recorda-se que as fortes subidas observadas ao longo de 2016 e 2017 nos **preços do petróleo** surgiram após uma descida de preços, no final de 2015, para além dos fundamentais. Note-se que o mercado de **energia** foi marcado pelo 2º prolongamento do acordo de redução da produção que tinha sido alcançado no final de 2016, no âmbito da OPEP e dos países produtores não membros da organização, mas a evolução dos preços tem, ainda assim, vindo a ficar aquém das expectativas, o que poderá dar origem a um novo prolongamento do acordo acima referido para além de março de 2018. Aliás, a combinação de esforços da OPEP e de produtores não OPEP para apoiar a estabilidade do mercado de petróleo deve levar a uma redução adicional dos *stocks* globais em excesso, atingindo o equilíbrio de mercado até ao final de 2018.

COMMODITIES

31-dez-17	Valor	Variação (%)		
		nov-17	set-17	dez-16
Energéticas				
ICE Brent Crude	66,9	5,2%	16,2%	17,7%
NYMEX WTI Crude	60,4	5,3%	16,9%	12,5%
Metais Preciosos				
Ouro (Futuros $/OZ)	1.309,3	2,8%	2,2%	13,7%
Prata (Futuros $/OZ)	17,1	4,7%	2,8%	7,2%

Fonte: *CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL I Departamento de Estudos; Bloomberg*

. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A política de investimento do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO**, que sustentou a constituição da carteira de ativos, assenta em critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo, baseada em regras e procedimentos que um gestor sensato, prudente e conhecedor aplicaria no sentido de prosseguir uma gestão no exclusivo interesse dos Participantes e Beneficiários do Fundo, de evitar um inadequado risco de perda e de obter um rendimento adequado ao risco incorrido.

A política de investimento do Fundo tem como objetivo promover a maximização do retorno das aplicações, num quadro em que a estratégia seguida para o Fundo em matéria de afetação de ativos se encontra adequada ao nível de risco em que o Fundo se deve manter.

. PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

O quadro abaixo resume as grandes linhas quanto às aplicações delineadas para o **Fundo de Pensões** em matéria de afetação de ativos, incluindo os limites de exposição.

SEGMENTOS	31 dez 17	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS*
		Limites
Obrigações	0,00%	35% - 65%
Ações Globais	0,00%	30% - 60%
Investimentos Alternativos	0,00%	0% - 20%
Líquidez	100,00%	0% - 5%
TOTAL	100,00%	

** De acordo com o Regulamento de Gestão do Fundo Pensões Aberto CORPORATE CRESCIMENTO*

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão da carteira teve ainda em consideração os seguintes pontos, estabelecidos em contrato de gestão:

a. **Não ser permitida a aquisição de instrumentos financeiros** de entidades que tenham uma **relação de domínio ou de grupo** com a **entidade gestora**.

b. **Não ser permitida a aquisição de terrenos e edifícios**, de forma direta, para a carteira de ativos do Fundo.

c. O **limite de investimento em organismos de investimento alternativo** de índices, que não façam uso do efeito de alavancagem ou que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 50.º da Diretiva n.º 2009/65/CE de 13 de julho, alterada pelas Diretivas n.º 2010/78/EU de 24 de novembro, n.º 2011/61/EU de 8 de junho e n.º 2013/14/EU de 21 de maio, ser de **30%**.

d. Não haver a possibilidade de serem utilizados produtos derivados, operações de reporte e empréstimos de valores.

. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

O permanente controlo da composição da carteira de ativos, mantido no decurso do ano de 2017, desde o início do Fundo, teve como principal objetivo assegurar a adequação da exposição da carteira do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** às regras e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais, bem como aos princípios gerais da política de investimento.

Em de 31 de dezembro de 2017, a composição da carteira de ativos do **Fundo de Pensões não cumpria com a generalidade das restrições e limites prudenciais**, devido ao facto do **Fundo de Pensões** ter sido constituído nove dias antes, em 22 de dezembro, altura em que entrou a primeira contribuição.

31 DEZEMBRO DE 2017

DESVIOS FACE AOS LIMITES LEGAIS DE DIVERSIFICAÇÃO E DISPERSÃO PRUDENCIAIS

Designação do Desvio aos Limites Legais	Normativo Legal	% sobre Valor do Fundo	Justificação do Desvio	Medidas / forma de regularização e prevenção para futuras ocorrências
O investimento numa mesma sociedade < = 10% (Valor do Fundo)	Norma Regulamentar 9/2007 Artigo 12º. Nº2, alínea a)	Emitente "MONTEPIO" 100%	O Fundo de Pensões foi constituído em 22 de dezembro de 2017, data em que ocorreram as primeiras contribuições para o Fundo.	A posição foi reajustada durante as primeiras semanas do mês de janeiro, isto é, a aquisição de ativos para a carteira ocorreu no início de janeiro de 2018.
O investimento no conjunto das sociedades que se encontrem entre si ou com a entidade gestora em relação de domínio ou de grupo < = 20% (Valor do Fundo)	Norma Regulamentar 9/2007 Artigo 12º. Nº2, alínea b)	Grupo económico "MONTEPIO" 100%		

DESVIOS FACE À POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Designação do Desvio à Política de Investimento	% sobre Valor do Fundo	Justificação do Desvio	Medidas / forma de regularização e prevenção para futuras ocorrências
Títulos de Rendimento Variável de 30% até 60%	0,00%	O Fundo de Pensões foi constituído em 22 de dezembro de 2017, data em que ocorreram as primeiras contribuições para o Fundo, pelo que a carteira de ativos acabou por só ser constituída no início de janeiro de 2018.	A posição foi reajustada durante as primeiras semanas do mês de janeiro.
Títulos de Dívida de 35% até 65%	0,00%		
Investimentos Alternativos de 0% até 20%	0,00%		
Liquidez de 0% até 5%	100,00%		

. EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

. EVOLUÇÃO DA ALOCAÇÃO DE ATIVOS

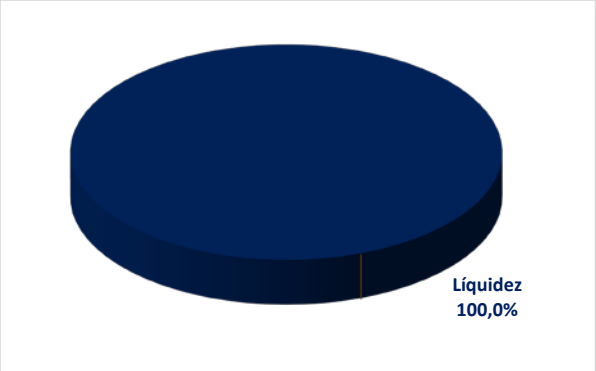
O **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** foi constituído em 22 de dezembro de 2017, pelo que a construção da carteira de ativos encontrava-se em fase de arranque no final de 2017.

. ESTRUTURA DA CARTEIRA

Tendo em consideração os grandes grupos de ativos, a **alocação da carteira** do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO**, no final de dezembro, encontrava-se desalinhada face aos limites definidos na política de investimento, devido ao curto espaço de tempo que mediou a entrada das primeiras contribuições para o **Fundo de Pensões** e o final do ano de 2017.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA
31 DE DEZEMBRO DE 2017

Segmento	VALOR	%
Obrig. Globais Dívida Pública	- €	0,00%
Obrig. Globais Dívida Privada	- €	0,00%
Ações Globais	- €	0,00%
Investimentos Alternativos	- €	0,00%
Líquidez	80.159,70 €	100,00%
TOTAL	**80.159,70 €**	**100,00%**



. MOVIMENTOS REALIZADOS NA CARTEIRA

O **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** foi constituído a 22 de dezembro de 2017, em resultado da entrada das primeiras contribuições para o **Fundo de Pensões**, tendo a carteira terminado o ano com 100% do seu valor em Liquidez.

. RISCOS MATERIAIS

Considerando a política de investimento definida para o **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO**, este encontra-se sujeito a diferentes fatores de risco relacionados quer com o investimento em ações, quer com os títulos de rendimento fixo, incorrendo designadamente no risco de variação do preço desses ativos, risco de crédito do emitente, risco de variação da taxa de juro ou risco de *spread*, associado à volatilidade dos *spreads* de crédito. Os ativos denominados em moeda estrangeira incorporam o risco originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro (risco cambial). A carteira incorre igualmente em riscos relacionados com exposição geográfica e sectorial.

Para verificação do nível de risco incorrido em cada carteira, nomeadamente, o risco dos ativos que a compõem, a Futuro utiliza diversas medidas estatísticas e financeiras, como sejam, a *duration*, a monitorização das notações de *rating* das emissões de dívida em carteira, bem como a metodologia *VaR* (*Value at Risk), tracking error e informaton ratio*.

. VALUE AT RISK (VAR)

O valor do *VaR* Global a 1 ano do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO**, em 31 de dezembro de 2017, era de 48.102,74€, no final do ano de 2017, correspondendo a 60,01% do valor do **Fundo de Pensões**.

À mesma data, a carteira do **Fundo de Pensões** não apresentava qualquer valor relativamente ao *VaR de Mercado*, que avalia o *Risco de Taxa de Juro*, o *Risco de Variação de Preços com Ações*, o *Risco de Spread*, o *Risco Cambial* e o *Risco de Concentração*, pelo facto da carteira ainda se encontrar em depósitos. Assim, por este mesmo motivo, o *VaR de Crédito* comportava a totalidade do *VaR* Global a 1 ano da carteira. Nesta componente, *VaR de Crédito,* apenas é analisado o risco creditício das entidades onde se encontram os depósitos, dado que o risco de crédito das emissões de dívida é analisado no *Risco de Spread*.

26 de fevereiro de 2018

Demonstrações Financeiras

. POSIÇÃO FINANCEIRA

Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

ATIVO	Notas	31-dez-2017	31-dez-2016
INVESTIMENTOS			
Terrenos e edifícios		- €	- €
Instrumentos de capital e unidades de participação		- €	- €
Títulos de dívida pública		- €	- €
Outros títulos de dívida		- €	- €
Empréstimos concedidos		- €	- €
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI		80.164,28 €	- €
Outras Aplicações		- €	- €
	(*)	**80.164,28 €**	**- €**
OUTROS ATIVOS			
Devedores			
Entidade gestora		- €	- €
Estado e outros entes públicos		- €	- €
Depositários		- €	- €
Associados		- €	- €
Participantes e beneficiários		- €	- €
Outras entidades		- €	- €
		- €	**- €**
Acréscimos e diferimentos		**- €**	**- €**
Total do Ativo		**80.164,28 €**	**- €**

PASSIVO	31-dez-2017	31-dez-2016
Credores		
Entidade gestora	4,40 €	- €
Estado e outros entes públicos	- €	- €
Depositários	- €	- €
Associados	- €	- €
Participantes e beneficiários	- €	- €
Outras entidades	0,18 €	- €
	4,58 €	**- €**
Acréscimos e diferimentos	**- €**	**- €**
Total do Passivo	**4,58 €**	**- €**
VALOR DO FUNDO	**80.159,70 €**	**- €**
VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO	9,9994 €	- €

(*) Ver Inventário

O Contabilista Certificado _____ Data 26-02-2018

. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	31-dez-2017	31-dez-2016
CONTRIBUIÇÕES			
Associados		- €	- €
Participantes		- €	- €
Beneficiários		- €	- €
Transferência de outros fundos de pensões / seguros		80.164,28 €	- €
	1	**80.164,28 €**	**- €**
PENSÕES, CAPITAIS E PRÉMIOS ÚNICOS VENCIDOS			
Prémios de seguro		- €	- €
Pensões pagas			
Velhice		- €	- €
Invalidez		- €	- €
Orfandade		- €	- €
Viuvez		- €	- €
Reforma antecipada e pré-reforma		- €	- €
Reembolsos		- €	- €
Encargos inerentes ao pagamento das pensões		- €	- €
Transferência para outros fundos de pensões / seguros		- €	- €
	2	**- €**	**- €**
GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS			
Terrenos e edifícios		- €	- €
Instrumentos de capital e unidades de participação		- €	- €
Títulos de dívida pública		- €	- €
Outros títulos de dívida		- €	- €
Outras Aplicações		- €	- €
	3	**- €**	**- €**
RENDIMENTOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS			
Terrenos e edifícios		- €	- €
Instrumentos de capital e unidades de participação		- €	- €
Títulos de dívida pública		- €	- €
Outros títulos de dívida		- €	- €
Empréstimos concedidos		- €	- €
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI		- €	- €
Outras Aplicações		- €	- €
	4	**- €**	**- €**
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
Participação nos resultados dos contratos de seguro		- €	- €
Outros rendimentos e ganhos		- €	- €
	4	**- €**	**- €**
OUTRAS DESPESAS		**4,58 €**	- €
RESULTADO LÍQUIDO		**80.159,70 €**	- €

O Contabilista Certificado _____ Data 26-02-2018

. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

	31-dez-2017	31-dez-2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Contribuições:		
Associados	- €	- €
Participantes	- €	- €
Beneficiários	- €	- €
Transferências:		
De fundos de pensões	80.164,28 €	- €
De seguros	- €	- €
De fundos de investimento PPR/E	- €	- €
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	- €	- €
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias	- €	- €
Capitais vencidos		
Remições	- €	- €
Vencimentos	- €	- €
Transferências:		
Para fundos de pensões	- €	- €
Para seguros	- €	- €
Para fundos de investimento PPR/E	- €	- €
Encargos inerentes ao pagamento das pensões	- €	- €
Subsídios por morte	- €	- €
Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	- €	- €
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	- €	- €
Participação nos resultados dos contratos de seguro	- €	- €
Reembolsos fora das situações legalmente previstas	- €	- €
Devolução por excesso de financiamento	- €	- €
Remunerações		
De gestão	- €	- €
De depósito e guarda de ativos	- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	- €	- €
Outras despesas	- €	- €
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**80.164,28 €**	**- €**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
RECEBIMENTOS:		
Alienação / reembolso dos investimentos	- €	- €
Rendimentos dos investimentos	- €	- €
PAGAMENTOS:		
Aquisição de investimentos	- €	- €
Comissões de transação e mediação	- €	- €
Outros gastos com investimentos	- €	- €
Fluxo Líquido das Atividades de Investimento	**- €**	**- €**
Variações de caixa e seus equivalentes	**80.164,28 €**	**- €**
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	**- €**	**- €**
Disponibilidades no início do período	**- €**	**- €**
Disponibilidades no fim do período	**80.164,28 €**	**- €**

O Contabilista Certificado _____ Data 20-02-2018

. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

. NOTA INTRODUTÓRIA

O **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** é um fundo de pensões aberto, que permite adesões individuais (com plano de pensões de contribuição definida) e adesões coletivas (com plano de pensões de contribuição definida e/ou de benefício definido, descritos no quadro abaixo) e foi autorizado em 04 de agosto de 2016, tendo sido iniciada a sua comercialização em 22 de dezembro de 2017. Por esse motivo, não se apresentam valores comparativos a 2016.

Tem um património autónomo, tendo como objetivo conceder pensões, a título de pré-reforma, reforma antecipada, reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência.

A sua carteira é constituída através de um mandato multi-ativos, destinando-se a participantes e associados que assumam uma tolerância ao risco média. O **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** é gerido exclusivamente pela Futuro, SA.

447	TIPO
447/01	CD

. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

O **Fundo de Pensões** tem o registo das receitas e das despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e as correspondentes receitas ou despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

RENDIMENTOS

Os rendimentos respeitantes a rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, exceto no caso de dividendos de ações que são reconhecidos quando recebidos.

CONTRIBUIÇÕES

As contribuições efetuadas para o **Fundo de Pensões** são reconhecidas quando recebidas

PENSÕES E REEMBOLSOS PAGOS

As pensões e reembolsos são reconhecidas no momento em que são devidos, sendo este momento, em regra, o mesmo em que ocorre o seu pagamento.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O critério de valorização dos ativos é o seguinte:

Instrumentos de Dívida

a. Valores Mobiliários Cotados

Os valores mobiliários admitidos à cotação ou à negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores.

b. Valores Mobiliários não Cotados

Os valores representativos de dívida não cotados, ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação é procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como a Bloomberg ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora.

c. Ativos a deter até à Maturidade

Baseia-se no respetivo valor de reembolso e na respetiva taxa efetiva de capitalização (nas situações de manutenção dos títulos até à maturidade).

d. Movimento de Referência

O movimento de referência para as colocações disponibilizadas pelas Bolsas é às 17h00 do dia da valorização.

Instrumentos de Capital

Na valorização dos instrumentos de capital é utilizado o preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

. COMISSÕES

COMISSÕES DE GESTÃO

A comissão de gestão corresponde à remuneração da entidade gestora, cobrada ao **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** pela gestão financeira, técnica e administrativa do **Fundo de Pensões**. O cálculo da comissão resulta da aplicação da percentagem definida no Regulamento de Gestão sobre o valor do **Fundo de Pensões** apurado diariamente.

COMISSÕES DE BANCO DEPOSITÁRIO

Esta comissão corresponde ao pagamento à Caixa Económica Montepio Geral pelos serviços prestados no âmbito do contrato de mandato e tarifário do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO**. O método de cálculo reside na aplicação da percentagem, definida no contrato, sobre o valor médio da carteira de ativos apurado em cada trimestre.

. REGIME FISCAL

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis são isentos de:

i. IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos fundos de pensões e equiparáveis e,

ii. Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

De acordo com o artigo 88º do Código do IRC, alínea 11, os lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total são tributados à taxa de 23% se as ações a que correspondem os lucros não tenham permanecido em carteira, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação do dividendo e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

. TRANSAÇÕES COM ASSOCIADO

N/A

. INVENTÁRIO

Descrição	Moeda	ISIN	Quantidade/ Montante	Valor Custo	Valor Mercado	Juro	Total Carteira
DEPOSITOS ORDEM	EUR				80.164,28		80.164,28
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI					**80.164,28 €**	**- €**	**80.164,28 €**

. CONTRIBUIÇÕES

Nota 1 - Contribuições		
	31-dez-2017	31-dez-2016
Contribuições		
Associados	- €	- €
Participantes	- €	- €
Beneficiários	- €	- €
Transfª de outros fundos pensões/seguros	80.164,28 €	- €
Total Contribuições	**80.164,28 €**	**- €**

Na rubrica Contribuições vemos a transferência inicial efetuada no mês de dezembro de 2017.

. BENEFÍCIOS PAGOS

Nota 2 - Montante dos Benefícios Pagos

N/A

. GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Nota 3 - Ganhos Líquidos dos Investimentos (Potenciais e Realizados)

N/A

. RENDIMENTOS

Nota 4 - Rendimentos

N/A

. GESTÃO DO RISCO

. EXPOSIÇÃO E ORIGEM DOS RISCOS

Fruto da política de investimento adotada, o **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** está exposto a diversos tipos de risco, refletindo o risco implícito dos ativos que constituem a composição da carteira do **Fundo de Pensões**:

Risco de Mercado – reflete diferentes fatores de risco relacionados com o investimento em ações, onde a variação dos preços dos ativos é normalmente mais acentuada (sensibilidade da carteira a variações no mercado de ações). Igual condição está subjacente ao preço dos imóveis/imobiliário, embora a variação de preços destes não seja tão volátil. A classe de ativos de taxa de juro também é outro dos focos de risco, resultado das flutuações das taxas de juro ou dos *spreads* de créditos bem como pelo risco de crédito associado ao emitente. O investimento em ativos em moeda estrangeira incorpora o denominado risco cambial, originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro. Por fim, o conjunto dos investimentos efetuados poderá potenciar o risco de concentração aos mais diversos níveis, como por exemplo por contraparte ou por nível de *rating*.

Risco de Crédito – tal como definido pela Norma Regulamentar N.º 8/2009-R, da ASF, é o "risco de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais o fundo de pensões está exposto, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, participantes e resseguradores que com ele se relacionam". No âmbito do modelo da *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), a aplicabilidade deste risco está relacionada com as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e com os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread* (ex: *sponsor support*, seguros, titularizações, derivados e depósitos bancários).

Pelo efeito das alterações aos *credit spreads* dos instrumentos de dívida, o risco de crédito está implicitamente associado ao risco de *spread*, já que se trata do prémio de risco adicional que o mercado exige ao emitente face a outro ativo sem risco, para assumir a exposição de crédito, sob o risco do emitente não apresentar capacidade financeira para cumprir com as suas responsabilidades.

Risco de Liquidez – é entendido como a capacidade de tornar liquida no mercado, a posição detida em ativos, com a maior rapidez e com menor impacto possível, ao nível dos resultados realizados, face ao que seria expectável mantendo as posições em carteira. Consequência da política de investimento adotada existe o risco de haver uma eventual dificuldade na venda de alguns dos ativos do **Fundo de Pensões**. A entidade gestora procura gerir da melhor forma o seu portfólio para que não haja escassez de liquidez.

. OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE RISCO

A integração das políticas e estratégias do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno passou pela adoção de uma política específica que consiste em manter uma cultura de orientação para o risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da Futuro e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecendo os princípios que norteiam a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos.

Considerando as disposições da política de Investimento do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** relativas à exposição aos diversos riscos e às diferentes disposições legais é monitorizado

diariamente o controlo desses limites, através da emissão de um relatório "limites legais e investimentos excedidos". O relatório é então analisado detalhadamente para que se decida se há motivos para atuar face aos limites excedidos.

Posteriormente, a Gestão de Risco monitoriza o efeito das medidas adotadas e o seu impacto na política de investimento. Simultaneamente são também monitorizados os níveis de exposição aos limites legais e prudenciais que regulamentam o **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO**.

Para além da verificação do cumprimento da política de investimento e dos limites legais e prudenciais, a Futuro decidiu reforçar o controlo e a monitorização recorrendo a diversas medidas de risco e a um conjunto de procedimentos internos que visam manter a gestão sã e prudente do risco. Assim, é utilizado um modelo de gestão de Risco fundamentado na perspetiva técnica dos estudos "QIS Fundos de Pensões" da *EIOPA*. O desenvolvimento de indicadores de tolerância para este modelo permite monitorizar as variações desses indicadores, de acordo com a política de Investimento definida para o **Fundo de Pensões**.

A monitorização do risco de mercado assenta no cálculo do *VaR*, com um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano. Dado o *VaR* não constituir uma garantia total de que os riscos não excedem a probabilidade usada, são também efetuados *Stress Tests*, com o objetivo de calcular o impacto de diversos cenários extremos sobre o valor da carteira.

A avaliação do nível de liquidez da componente acionista e obrigacionista do fundo, é feita através de um *liquidity test*. No caso das ações, esta análise é feita em número de dias para liquidar, tendo em conta os ativos em carteira. Este teste consiste na verificação do grau de liquidez do segmento acionista, avaliando quantos dias são necessários para a sua liquidação no mercado, tendo em conta os custos associados a essas transações e o volume médio histórico das transações nos diversos mercados. Complementarmente, no segmento obrigacionista é feito o cálculo dos recebimentos (cash-flows positivos) decorrentes dos pagamentos de cupões (juros) de obrigações e amortizações ou eventuais exercícios de *Call*, para o período de um ano. O conjunto destes testes permitem avaliar o grau de liquidez a curto prazo e monitorizar ou atuar perante a possível escassez de liquidez atempadamente.

. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE, MÉTODOS E PRESSUPOSTOS USADOS PARA CADA TIPO DE RISCO

RISCO GLOBAL

No final de 2017, o **V*aR* Global a 1 ano** do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** era de **48.102,74€**. Considerando o risco dos investimentos subjacentes e as respetivas correlações, esta medida permite ter 99,5% de confiança de que a variação do valor do **Fundo de Pensões** ao longo de um ano não resultará numa perda superior àquele montante. Ou seja, existe 0,5% de probabilidade de que o **Fundo de Pensões** possa desvalorizar mais do que 60,01% no período de um ano.

Value-at-Risk	Valor	%	Total Ativos em análise
Mark-to-Market (Total da Carteira)	80.159,70 €		
Risco Global	48.102,74 €	60,01%	
Risco de Mercado	0,00 €	0,00%	
Risco Taxa de Juro	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Variação de Preços com Acções	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco Imobiliário	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Spread	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco Cambial	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Concentração	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco com Produtos Derivados	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Crédito	48.102,74 €	60,01%	80.164,28 €

RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado resulta do nível de volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros. A exposição ao risco é medida através da aplicação de choques aos preços das ações, taxas de juro, preços de imobiliário e taxas de câmbio.

O **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** foi constituído a 22 de dezembro de 2017, permanecendo a contribuição inicial em depósitos à ordem, pelo que no final do ano apenas apresenta liquidez.

Por este facto, todas as componentes do Risco de Mercado, não têm ativos subjacentes para ser objeto de avaliação de risco. Deste modo, as perdas potenciais dos sub-riscos correlacionados e que correspondem ao total do ***VaR* de Mercado** no final do ano eram de 0€.

RISCO DE CRÉDITO

Na vertente de risco de crédito são consideradas as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread*.

Os tipos de exposição considerados para este efeito estão divididos em dois tipos:

- Exposições que não sendo diversificadas, a contraparte tem notação de crédito;
- Exposição que podendo habitualmente ser diversificadas, a contraparte não tem notação de crédito;

Tendo em conta estes pressupostos e face à carteira do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO**, apenas foi tida em conta para esta análise, a posição em Depósitos (Ordem e a Prazo), já que para as restantes exposições não há ativos em carteira.

No final do ano, as perdas potenciais com origem em inesperada deterioração ou entrada em *default* das contrapartes em análise, para o horizonte temporal de 12 meses é de 48.102,74€.

Risco de Crédito	48.102,74 €	60,01%

Depósitos Bancários por Grupo Económico	Notação *Rating*	Soma Valor Mercado SMV	Loss Given Default LGD	Probability of default PD
C.E. Montepio Geral	B+	80.164,28 €	80.164,28 €	4,18%
Ativos em análise				80.164,28 €

Complementarmente à análise de sensibilidade efetuada no âmbito do modelo acima descrito é efetuada também a monitorização à componente obrigacionista da carteira. Em 31 de Dezembro de 2017, exposição ao segmento obrigacionista ainda era nula, pelo que não foi possível determinar qual a percentagem de ativos da carteira do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** com *rating* igual ou inferior a BB^{+}. Pelo mesmo motivo não foi possível fazer a verificação de alguns limites da política de investimento e a monitorização dos limites de crédito por contraparte, bem como determinar a notação média de *rating* da carteira, considerando a escala *Standard & Poors*.

RISCO DE LIQUIDEZ

Por forma a analisar a capacidade de conversão dos ativos em carteira em numerário, para fazer face a obrigações assumidas no momento do seu vencimento, ou para conseguir antes do seu vencimento, transacionar um determinado ativo a um preço razoável (ex. valor de mercado) são realizados testes às classes de ativos predominantes na carteira (ações e obrigações).

A carteira do **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** em 31 de dezembro é composta apenas por liquidez, pelo que as classes de ativos em análise no risco de liquidez estavam sem exposição, não sendo possível a sua avaliação.

STRESS TESTS

Paralelamente à análise de sensibilidade é calculado o impacto de diversos cenários no valor da carteira para o período temporal de um dia.

As projeções da análise de *stress tests* baseiam-se maioritariamente em cenários envolvendo os mercados acionistas, de dívida, cambial e de matérias-primas, investimentos que em 31 de dezembro de 2017 o **Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO** permanecia sem alocação, não se justificando a apresentação de qualquer cenário.

CONCENTRAÇÕES DE RISCO NÃO EVIDENTES NOS PONTOS ANTERIORES

Não aplicável.

ALTERAÇÕES FACE AO PERÍODO ANTERIOR

Não houve factos relevantes a assinalar.

26 de fevereiro de 2018

Certificação Legal de Contas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões Aberto Corporate Crescimento** ("o Fundo"), gerido pela **Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 80.164 euros, um valor do Fundo de 80.160 euros, incluindo um resultado líquido de 80.160 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões Aberto Corporate Crescimento** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o facto de, conforme divulgado na secção "Nota Introdutória" das notas anexas às demonstrações financeiras, o Fundo ter sido constituído em 22 de Dezembro de 2017, pelo que as demonstrações financeiras não incluem comparativos. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

Informamos que não existem matérias relevantes de auditoria a comunicar no nosso relatório.

Outras matérias

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, o Fundo ultrapassou os seguintes limites:

- De acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 12º da Norma Regulamentar nº 9/2007–R, de 28 de Junho, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o Fundo não deverá investir um valor superior a 10% do valor do património do Fundo em investimentos numa mesma sociedade. À data de 31 de Dezembro de 2017, este limite foi ultrapassado em 72.148 euros;
- De acordo com a alínea b) do nº 2 do artigo 12º da Norma Regulamentar nº 9/2007–R, de 28 de Junho, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o Fundo não deverá investir um valor superior a 20% do valor do património do Fundo em investimentos num conjunto de sociedades em relação de domínio ou de grupo. À data de 31 de Dezembro de 2017, este limite foi ultrapassado em 64.132 euros;
- De acordo com o nº 3 do artigo 6.º do Regulamento de Gestão – Definição e Implementação da Política de Investimentos, o Fundo deverá investir um valor mínimo de 30% em Acções Globais. À data de 31 de Dezembro de 2017, o Fundo não dispunha de qualquer investimento neste tipo de activo;
- De acordo com o nº 3 do artigo 6.º do Regulamento de Gestão – Definição e Implementação da Política de Investimentos, o Fundo deverá investir um valor mínimo de 35% em Obrigações. À data de 31 de Dezembro de 2017, o Fundo não dispunha de qualquer investimento neste tipo de activo;
- De acordo com o nº 3 do artigo 6.º do Regulamento de Gestão – Definição e Implementação da Política de Investimentos, o Fundo deverá investir um valor máximo de 5% em Liquidez. À data de 31 de Dezembro de 2017, o valor investido em Liquidez ascendia a 100% do valor do Fundo.

Responsabilidades do órgão de gestão da Entidade Gestora e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de Junho, emitida pela ASF, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Fundo, pela primeira vez em 2018 para auditar as contas de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 30 de Abril de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, fomos contratados para prestar ao Fundo os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
  - Emissão de um relatório dirigido à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, certificando com um grau de segurança moderado os elementos de índole financeira e estatística mencionados no artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 18/2008 – R, de 23 de Dezembro, alterada pela Norma Regulamentar n.º 20/2010 – R, de 16 de Dezembro, com referência a 31 de Dezembro de 2017.

- Emissão de um relatório de garantia limitada de fiabilidade dirigido à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, quanto ao cumprimento pela Entidade gestora dos requisitos previstos no n.º 1 do Artigo 69.º do Regulamento n.º 2/2015 da CMVM, no cálculo da taxa de encargos correntes.

30 de Abril de 2018

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)

FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Av. Berna, nº10 – 2º - 1050-040 LISBOA

Tel.: +(351) 210 416 005 | Fax: (+351) 210 416 001

Capital Social € 2.566.800 |Registada na C. R. C. de Lisboa

Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963

Internet: www.futuro-sa.pt | e-mail: geral@futuro-sa.pt